



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL PARANHOS

D. L.  
Fls. 02  
9

## Projeto de Lei nº 658/11

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 22 AGO. 2011

*Paranhos*  
1º Secretário

**SÚMULA:** Declara de Utilidade Pública a  
"Associação Beneficente Reviver"  
com sede e foro no município de Cascavel.

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a "Associação Beneficente Reviver" com sede e foro no município de Cascavel.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Salas das Sessões, 22 de agosto de 2011.

**PARANHOS**

Deputado Estadual - PSC

### JUSTIFICATIVA

A Associação Beneficente Reviver é uma entidade sem fins lucrativos que tem como objetivos principais: atender crianças e adolescentes nos desenvolvimentos de suas atividades, desenvolver as atividades de assistência na área da educação, saúde, lazer, trabalho, cultura e arte, estudar, adotar e executar planos que redundem no bem estar da criança, do adolescente e de sua família, desenvolvendo suas atividades sem distinção quanto a raça, cor, condição social, credo religioso e político.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Reviver.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 658/2011**

Projeto de Lei nº. 658/2011  
Autor: Deputado Estadual Paranhos

*Súmula: Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE REVIVER, com sede e foro no Município de Cascavel.*

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA  
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS  
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Paranhos, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE REVIVER** com sede e foro no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**  
**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



g) declaração de utilidade pública de entidades civis.  
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a educação e cultura, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

**Art. 1º** A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;
- II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



autuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA  
RELATOR



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete do Deputado Anibelli Neto*



PROJETO DE LEI Nº 251 / DE 2012

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 04 JUN. 2012

  
**1º Secretário**

**SÚMULA:** Inclui no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Expo Sales".

Art. 1º Fica incluído no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Expo Sales", realizada anualmente, na última semana do mês de abril, no Município de Moreira Sales.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 28 de maio de 2012.

  
**ANTONIO ANIBELLI NETO**  
Deputado Estadual

14447 04/06/2012 0833395 DEP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Anibelli Neto*



**JUSTIFICATIVA**

A "Expo Sales" é realizada no ultimo final de semana do mês de abril, no Parque de Exposições do Município de Moreira Sales, substituindo a tradicional "Fest-Sales", que contou com 25 edições no mesmo local e data.

Conta com diversos shows artísticos com entrada franca, com apresentações em todas as noites com o objetivo de agradar a todos os gostos, além de praça de alimentação, team roping (laco em dupla), rodeio profissional em touros, parque de diversões, torneio leiteiro e muito mais.

Além de proporcionar diversão e entretenimento aos moradores da cidade, a festa traz milhares de pessoas de todo o estado, movimentando a economia local e proporcionando oportunidades de negócios para empresários da região.

O presente Projeto de Lei vem no sentido de garantir a presença da Expo Sales no Calendário Oficial do Estado do Paraná, auxiliando na divulgação deste importante evento, que a cada ano vem se consolidando e trazendo um maior número de pessoas ao município de Moreira Sales, razão pela qual conto com o apoio dos Nobres Pares para a sua aprovação

Sala das Sessões, 28 de maio de 2012.



**ANTONIO ANIBELLI NETO**  
Deputado Estadual



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 251/2012**

**Projeto de Lei nº. 251/2012**

**Autora: Deputado Estadual Antônio Anibelli Neto**

**Súmula:** Inclui no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Expo Sales".

**EMENTA: FICA INCLUIDA NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ A EXPO SALES REALIZADA ANUALMENTE, NA ÚLTIMA SEMANA DO MÊS DE ABRIL NO MUNICÍPIO DE MOREIRA SALES. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 E 190 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Antônio Anibelli Neto, objetiva incluir no Calendário Oficial do Estado do Paraná a Expo Sales, a ser realizada na última semana do mês de abril no Município de Moreira Sales.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



IX - educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.



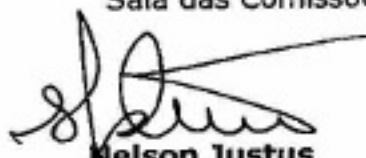
*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

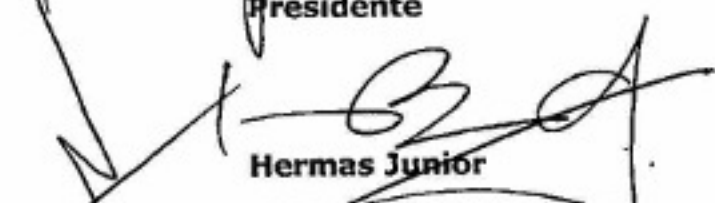


**CONCLUSÃO**

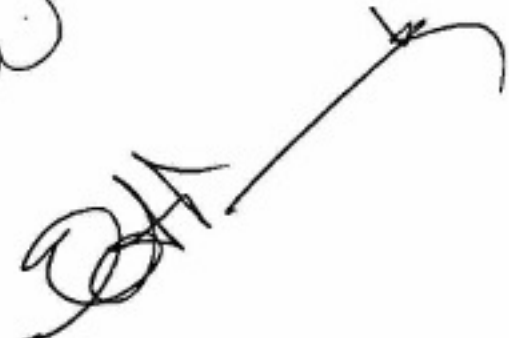
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2012.

  
**Nelson Justus**  
Presidente

  
**Hermas Junior**  
Relator

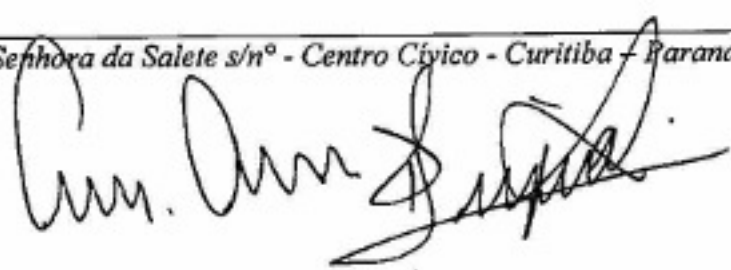








**APROVADO**  
*unanimidade*  
*13.06*





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

COMISSÃO DE CULTURA



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 251/12

**I – SÍNTESE FÁTICA**

O Deputado Estadual Antonio Anibelli Neto propôs o Projeto de Lei nº 251/2012, com o intuito de instituir, no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, a "Expo Sales", evento do Município de Moreira Sales em nosso Estado, a ser realizada, anualmente, na última semana do mês de abril.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Evandro Júnior, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito deste Projeto, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

**II – MÉRITO**

A Lei Fundamental da República Federativa do Brasil – Constituição Federal de 1988 –, já em seu preâmbulo, estabeleceu como valores supremos de nossa sociedade a fraternidade e o pluralismo. Tais características devem ser interpretadas de maneira ampla, de modo a concretizar o verdadeiro espírito do constituinte brasileiro de 1988: o multiculturalismo, com a conseqüente valorização das manifestações das diversas culturas no território nacional.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Kluge*



A valorização do multiculturalismo, oportuno ressaltar, é característica que se evidencia com o estabelecimento de festas realizadas que em muito contribuíram para o processo histórico-cultural brasileiro e paranaense. Nada mais oportuno, portanto, que agregar ao calendário do Estado do Paraná evento festivo, que releve as peculiaridades culturais do Município de Moreira Sales, por meio da "Expo Sales".

Além disso, leis como a presente trilham exatamente o caminho perseguido pelo Poder Constituinte Originário, ao estabelecer a respeito da Cultura, no art. 215 da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme se verifica da simples leitura do dispositivo, caberá ao Estado o apoio e incentivo para a difusão das manifestações culturais. Não bastasse isso, o § 2º do mesmo dispositivo constitucional estabelece que caberá à lei fixar datas comemorativas de alta significação culturais dos diversos segmentos étnicos de nosso país continental.

Nesse contexto, o Projeto objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação com congratulações, na medida em que auxilia diretamente na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental para fixar datas com elevado significado dos povos.

### III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



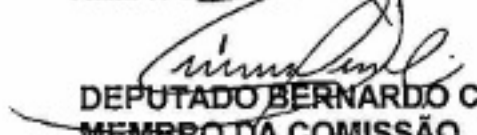
Curitiba, 26 de junho de 2012.




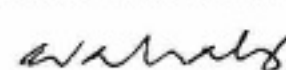
  
DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO  
PRESIDENTE

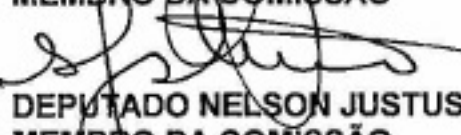
  
DEPUTADO CAIO QUINTANA  
RELATOR

  
DEPUTADO RASCA RODRIGUES  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADO BERNARDO CARLI  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADA MARLA TURECK  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADO TERUO KATO  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
MEMBRO DA COMISSÃO



-1-

COMISSÃO DE TURISMO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 251/2012

EMENTA: COMISSÃO DE TURISMO PRETENZA  
LEGISLAÇÃO PARA INCLUSÃO NO CALENDÁRIO  
OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ A 'EXPO-  
SALES' - PARECER DA CCJ PELA APROVAÇÃO -  
ANÁLISE DO MÉRITO EM SEDE DE COMISSÃO  
TEMÁTICA - PARECER FAVORÁVEL.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Anibelli Neto, objetiva inserir no calendário oficial do Estado do Paraná a 'Expo Sales', festividade realizada na última semana do mês de abril no município de Moreira Sales.

Argumenta o autor que a 'Expo Sales' é realizada no Parque de Exposições do Município de Moreira Sales,





-2-

substituindo a tradicional 'Fest Sales', que contou com 25 (vinte e cinco) edições no mesmo local e data.

Ainda, que a festividade conta com inúmeros shows artísticos com entrada franca, contando com apresentações em todas as noites com o objetivo de agradar a todos os gostos. Conta ainda com praça de alimentação, 'team roping' (laço em dupla), rodeio profissional, parque de diversões, torneio leiteiro e muito mais.

Aduz que além de proporcionar o entretenimento dos munícipes, a festa movimenta a economia local e proporcionando oportunidades de negócios para empresários da região.

Por fim, argumenta que o PL vem no sentido de garantir a presença da Expo Sales no Calendário Oficial do Estado do Paraná, auxiliando a divulgação do evento, que a cada ano vem se consolidando e trazendo um maior número de pessoas ao município de Moreira Sales.

Uma vez proposto o Projeto de Lei, conforme determinação Regimental (art. 33-A<sup>1</sup>) o mesmo foi apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça, recebendo nesta parecer favorável em relação a sua constitucionalidade, não havendo qualquer obste em sua regular tramitação.

<sup>1</sup> Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



Após, o PL foi encaminhado a esta comissão temática com a finalidade de se analisar o mérito do mesmo.

É o relatório no que interessa.

### FUNDAMENTAÇÃO

Em um primeiro momento se consigne que todos os aspectos formais da presente proposição foram devidamente avaliados pela Comissão de Constituição e Justiça, sendo devidamente realizado o controle de constitucionalidade preventivo<sup>2</sup>.

Logo, não há qualquer menção a ser realizada acerca da constitucionalidade da proposição, até mesmo por não ser de competência desta Comissão temática, restando vencida a discussão acerca do tema em sede de comissões, passando-se assim a realizar uma análise acerca da materialidade do Projeto de Lei.

---

<sup>2</sup> Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, destaca-se o posicionamento de Pedro LANZA, o qual menciona que: *'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua constitucionalidade'*. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª. Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 256)



Insta mencionar o artigo 33- N<sup>3</sup> do Regimento Interno desta Casa Legislativa, o qual determina que esta Comissão é competente para analisar toda e qualquer proposição que verse acerca de turismo ou de assuntos que pretendem elevar e desenvolver o mesmo no Estado do Paraná.

Conforme já mencionado no relatório do presente parecer, a proposição em análise busca incluir importante evento no Calendário oficial do Estado do Paraná.

Inegável que a matéria versada no PL é diretamente ligada ao meio ambiente, devendo ser analisada por esta Comissão temática.

Vencida a questão da competência, passo a analisar o mérito da proposição.

Analizando o mérito do presente Projeto de Lei se verifica que é de fundamental importância uma vez que a mencionada festividade promove não apenas o desenvolvimento econômico do município de Moreira Sales, mas inclusive o turismo local, levando inúmeras pessoas ao município aquecendo a economia local.

No mesmo sentido se verifica que não há qualquer outra festividade e/ou evento no Calendário Oficial do Estado do Paraná, especificamente na data que a pretensa legislação

<sup>3</sup> Art. 33N Compete à Comissão de Turismo manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativa ao turismo interno, ao desenvolvimento de mecanismos de atração de turistas de outros Estados e do exterior.



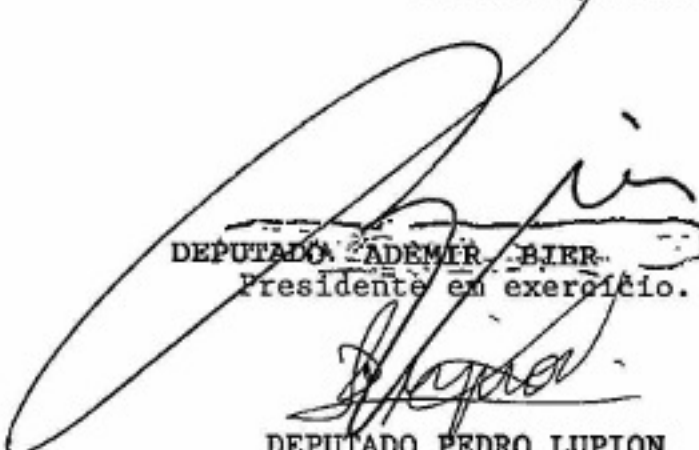
-5-

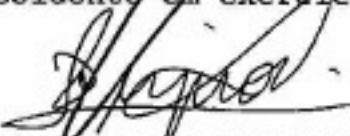
pretende incluir a festividade, e por consequência não se encontra nenhum obstáculo para a aprovação do mesmo.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, entende-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei em apreço, sendo favorável a continuidade de sua tramitação.

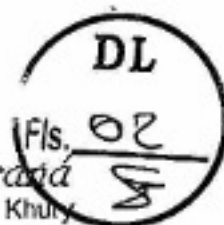
Curitiba, 04 de dezembro de 2012.

  
DEPUTADA ADEMIR BIER  
Presidente em exercício.

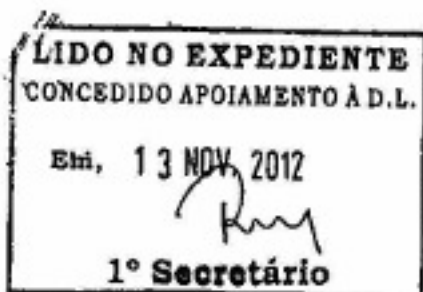
  
DEPUTADO PEDRO LUPION  
Relator.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 574/12

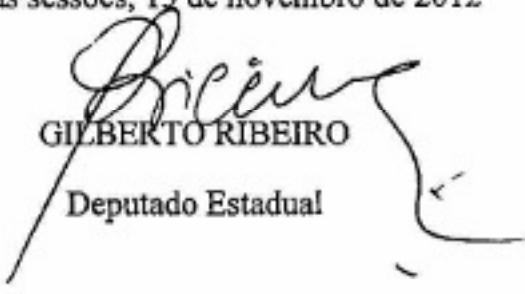


**Súmula:** Insere no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, "A Semana Estadual da Pesca".

Art. 1º Fica inserido a Semana Estadual da Pesca no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, a ser realizada anualmente no Estado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 13 de novembro de 2012

  
GILBERTO RIBEIRO

Deputado Estadual



### JUSTIFICATIVA

Apresento o presente projeto de lei com o objetivo de inserir no calendário turístico oficial do Estado do Paraná, a Semana Estadual da Pesca, a ser realizada anualmente em todo o Estado do Paraná, no período que começa em junho e termina na primeira quinzena de julho.

Eventos relacionados à pesca já são consagrados pela sua capacidade de congregiar pescadores e admiradores da pesca, atraindo também turistas não só para o litoral, mas para aqueles que também praticam a pesca em tanques e rios em todo o estado.

Portanto a necessidade da inclusão deste evento no calendário oficial de eventos turísticos do Paraná é facilmente constatado ao que solicito o apoio dos nobres parlamentares desta Casa de Lei.

Sala das sessões, 13 de novembro de 2012

  
GILBERTO RIBEIRO

Deputado Estadual



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 574/12**

**Autor:** Deputado Estadual Gilberto Ribeiro

**Súmula:** Insere no Calendário Turístico Oficial do Estado a "Semana Estadual da pesca".

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO TURÍSTICO OFICIAL DO ESTADO A SEMANA ESTADUAL DA PESCA. INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART. 65 DA CF ESTADUAL E ART. 124 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS 24, X E 215, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ART. 190 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LEI COMPLEMENTAR 95/98 QUE DISPÕE SOBRE TÉCNICA LEGISLATIVA. APROVAÇÃO. ANÁLISE PRÉVIA FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Gilberto Ribeiro, tem por objetivo inserir no Calendário Turístico oficial do Estado a "Semana Estadual da pesca", no período que começa em junho e termina na primeira quinzena de julho.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legistarem concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas<sup>3</sup>.

Por fim, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte,



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*




vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.


Quanto à técnica legislativa utilizada na ora proposição, não há óbice pela Lei Complementar 95/98.


**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 27 de novembro 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO EVANDRO JUNIOR**  
**RELATOR**

  
**APROVADO**

**18.12.12**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

**STEPHANES JUNIOR**  
**Deputado Estadual**



**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**

Em, 19 NOV. 2012

*Quanto*  
**1º Secretário**

**PROJETO DE LEI Nº 577/12**

**SÚMULA:** Declara de Utilidade Pública Estadual a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual do Centro-Oeste (FAU), com sede e foro na cidade de Guarapuava.

**Art. 1º** Fica declarado de Utilidade Pública Estadual a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual do Centro-Oeste (FAU), com sede e foro no município de Guarapuava no Estado do Paraná.

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 19 de novembro de 2012.

  
**STEPHANES JUNIOR**  
**Deputado Estadual**



## JUSTIFICATIVA

A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual do Centro-Oeste (FAU), com sede e foro na cidade de Guarapuava, constitui-se em pessoa jurídica de direito privado, constituída sem fins lucrativos por prazo indeterminado, com autonomia administrativa e financeira, com objetivos estipulados em seu estatuto:

Tem como objetivo apoiar a Unicentro – Universidade Estadual do Centro-Oeste, por meio de fomento aos Projetos de desenvolvimento ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária, disseminando o conhecimento e integrando a universidade à comunidade.

Através deste aspecto tem realizado diversas atividades por meio de convênios, contatos e prestações de Serviços (documentos anexos).

Pelo relevante interesse educacional e social que a matéria aqui elencada exige, solicito aos nobres Pares deste Legislativo o relevante apoio ao presente projeto.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 577/2012**

Projeto de Lei nº. 577/2012

Autor: Deputado Estadual Stephanes Junior

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a **FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO – OESTE (FAU)**, com sede e foro no Município de Guarapuava.

**EMENTA:** DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Stephanes Junior, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO – OESTE (FAU)** com sede e foro no Município de Guarapuava, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.  
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a educação, pesquisa e cultura, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

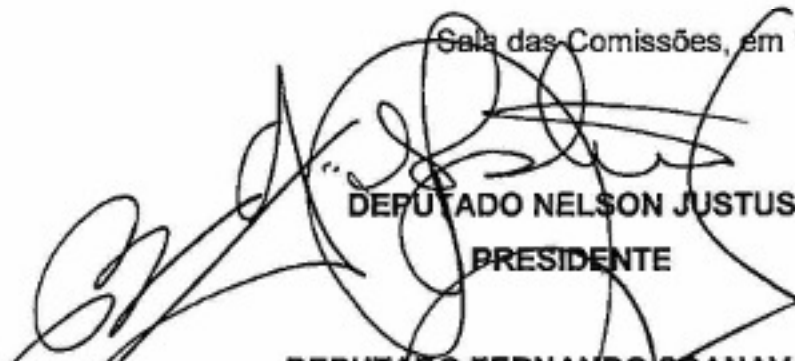
Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**